

E eu não sou uma mulher negra?

Larissa Lisboa

Doutora em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa. Professora e pesquisadora na Universidade Federal de Lavras (UFLA).

É com grande consternação que recebo o texto “Enegrecer a educação brasileira, não é favor. É reparação histórica”, proposto pelos sindicalistas da ADUFPA e que compõe os cadernos de textos do 44º. Congresso do Andes, citando o caso particular da candidata Érica Bispo no concurso de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa na USP.

Fui uma das candidatas que participou do referido concurso. Doutora e especialista na área, assim como todos os demais candidatos, com anos de estudo e trabalho. E fui uma das candidatas que entrou com o recurso contra a banca avaliadora.

Sou professora na Universidade Federal de Lavras e sindicalizada, sou mulher, sou uma mulher negra e sou mãe. Escrevo, portanto, pela indignação de ver o nome da candidata citada em um texto de luta política sindical, pautando-se apenas por veiculações de redes sociais e, ainda mais problemático, tendo conhecimento de apenas um lado da história, no caso, o de Érica Bispo – que, inclusive, parece não estar medindo esforços para se tornar uma baluarte da causa étnico-racial no Brasil, como palanque político, a partir deste concurso.

Desde o primeiro vídeo veiculado pela candidata, em redes sociais, iniciei uma verdadeira saga para conseguir um direito de resposta, visto que, a alegação da candidata, pela anulação do concurso, era a de que o processo teria caráter discriminatório, relacionado ao racismo. Ainda, houve uma série de veiculações, nas mídias, nas quais diziam que os candidatos que entraram com o recurso eram pessoas “brancas”; o que, posteriormente, apenas alguns veículos, após os inúmeros emails que enviei, trocaram os textos por “maioria brancas”.

Escrevo porque não tive nenhum lugar de fala. Não houve nenhuma mídia que me ofereceu algum espaço ou teve algum interesse em apurar corretamente o que houve. A Folha de São Paulo, único veículo que respondeu aos meus emails, entrou em contato comigo, e um jovem estagiário se encarregou de tecer os seus posicionamentos críticos sobre o caso, e o resultado foi desastroso: apenas um parágrafo, não trazendo a minha versão dos fatos.

O concurso se deu com uma série de irregularidades, a meu ver, a começar com a prova escrita, que é lida publicamente (é possível que todos, que tenham interesse em assistir, comparem e ouçam as provas escritas de todos os concorrentes. Esse processo, aliás, foi recentemente reformulado por uma nova diretriz da USP para realização de concursos públicos, que passa a ser anônima, justamente para tentar amenizar possíveis subjetividades e julgamentos que nem sempre são esclarecidos). Assim que essa primeira prova se encerrou e saíram as primeiras notas, percebi que algo havia de errado. Ao longo do processo, muitas outras irregularidades fizeram com que eu pensasse que, possivelmente, este se referia a mais um concurso “de carta marcada”, assim como tantos outros concursos pelo Brasil.

O concurso foi encerrado em uma sexta-feira, a candidata aprovada e voltamos às nossas rotinas. Na segunda-feira, recebo de alguns amigos da área uma série de fotografias da candidata com duas professoras da banca avaliadora (as professoras Simone Pereira Schmidt e Roberta Guimarães Franco Faria de Assis). As fotografias eram estarrecedoras: fotos na praia e em vários outros lugares, em períodos diversos e, ainda, com as seguintes legendas: “entre amigos é muito bom” (fotografia publicada em 2015); “sábado de sol” (fotografia publicada em 2019); “Sobre afetos” (fotografia publicada em 2019); “Pensem numa irmandade... Amo” (fotografia publicada em 2019); “saudades de viajar, ainda mais com essas queridas” e “saudades grande de viajar” (fotografias publicadas em 2020); “A alegria de estarmos tão bem acompanhadas em Moçambique” (fotografia de 2022).

As mídias, porém, apenas veicularam legendas como “entre amigos”, sem explicitar que havia fotografias em locais não acadêmicos, como na praia, além das legendas mais acusatórias, como “irmandade”. Por que será?

Para mim, as fotografias apenas legitimavam os problemas que já havia observado ao longo de todo o concurso. Resolvi, então, entrar em contato com outros candidatos do concurso e escrevemos, conjuntamente, um recurso, algo totalmente legal e de direito de qualquer cidadão no Brasil que participe de um concurso público.

O recurso foi negado em primeira instância, pela Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Ou seja, inicialmente, a USP ficou favorável à banca e à candidata aprovada. Ciente de que isso provavelmente aconteceria, visto que, poucas são as Universidades no Brasil que contrariam as decisões das bancas,

compreendendo-as como soberanas, entramos com uma denúncia no Ministério Público de São Paulo, solicitando a anulação do concurso, pela relação de amizade com a banca, além das irregularidades ao longo do processo.

O Ministério Público acatou a nossa denúncia e iniciou a investigação. A primeira medida foi a convocação da banca e de mais alguns docentes da USP para esclarecimentos. Foi, inclusive, nesse período em que houve outra tramitação interna na USP, com a Corregedoria da Universidade realizando uma investigação e, posteriormente, o Conselho Universitário aprovando a anulação do concurso.

Não tenho redes sociais e não gosto de exposições virtuais da vida particular. Não fiz e não farei videozinhos para engajamentos e likes. Acredito que, neste período de pós-verdade, redes sociais são palco para uma série de fake News, difamações e linchamentos gratuitos. Poucas são as pessoas que fazem uso desses espaços para o diálogo frutífero e ético. Gostaria apenas de um direito de resposta, e por escrito.

É preciso trazer à tona que as “verdades” veiculadas pela candidata potencializaram uma série de informações equivocadas, com influencers, políticos de esquerda e a grande mídia trazendo as suas posições apenas por terem acesso a um lado da narrativa, ou seja, o dela.

No meu caso, além de não conseguir nenhuma mídia para trazer – a outra narrativa – recebi inúmeras mensagens, no meu email institucional, tais como: “branquela fedida”, “burra incompetente” etc., desfiz relações de amizade que “compraram” a “verdade” da candidata e tive que esclarecer, inclusive, o ocorrido, no movimento de luta da minha própria universidade.

Sou uma mulher negra. Neste momento, a nomenclatura que temos, pelo IBGE, é parda. Portanto, sou uma mulher parda, diferentemente da candidata, que se declara como uma mulher preta.

Recebi muitos questionamentos de minha autodeclaração étnico-racial, para invalidar, inclusive, a minha competência enquanto professora e pesquisadora. Muitos, possivelmente, fazendo a errônea leitura de que sou uma mulher branca. Gostaria que todas essas pessoas, por favor, entrassem em contato com o Felipe, meu amiguinho da escola, do SESI da Vila Leopoldina, em São Paulo, em que estudamos, nos anos 90, e que foi a minha primeira paixão. Gostaria que essas pessoas, que se sentem validadas a dizer quem é

negra e quem não é, o procurassem e perguntassem a ele por que ele dizia que jamais me beijaria por eu ser uma macaca.

Por isso, fica aqui a minha pergunta: os movimentos identitários no Brasil têm escolhido qual mulher negra será a heroína da história e qual mulher negra eles jogarão no fogo do linchamento virtual, afetando a sua vida?

Todos nós perdemos com esse concurso. Todos nós, professores e pesquisadores das literaturas africanas de língua portuguesa. O fato da USP não ter uma legislação específica que responsabilize docentes que aceitam participar das bancas, mesmo tendo relações íntimas com os candidatos, é muito problemático.

Por tudo isso, ao invés de questionar jurídico e administrativamente a banca avaliadora, a condução da questão tem se pautado por uma questão racial, promovendo o linchamento virtual dos candidatos que entraram com o recurso. Enquanto isso, as professoras da banca continuam em seus castelos fortificados, com a certeza de que nada disso se refere a elas, sendo apenas mais uma briguinha de candidatos.

Todo professor e pesquisador sabe o esforço para prestar um concurso: a dedicação de muito tempo (o que, muitas vezes, não temos), o equilíbrio mental, além dos custos financeiros (que são altos).

Depois de todo o processo, muito cansativo, aliás, pelo tempo de dedicação aos estudos, do concurso em si e, posteriormente, do recurso, agora nos deparamos com informações equivocadas publicadas em redes sociais e nas mídias, afetando as nossas vidas.

E, para piorar, causa-me indignação como essas informações estão sendo veiculadas no movimento sindical, movimento de que sou participante, sem ao menos uma apuração correta do que aconteceu.

Somos todos professores e pesquisadores, comprometidos com a educação brasileira, e não seremos culpados por algo que nos é de direito: todo candidato tem o direito a um recurso em um concurso público, independente de quem seja a pessoa indicada a ocupar a vaga.

Precisamos discutir mais sobre os concursos públicos no Brasil; precisamos discutir mais sobre por que as pessoas pardas estão sendo tratadas como brancas nas bancas de heteroidentificação; precisamos dar menos likes e mais atenção para as reais pautas da esquerda brasileira.

A questão étnico-racial faz parte da minha vida, seja na minha história, enquanto mulher negra, seja na minha formação profissional, enquanto professora e pesquisadora das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa - área fundamental para a desconstrução de uma sociedade racista.

Precisamos, enquanto movimento político, enquanto movimento sindical, enquanto movimento de esquerda, de mais cuidado nas escolhas de nossas pautas, visto que, os movimentos identitários também não estão isentos de aproveitadores.

Sigo na luta sindical, pois acredito que ainda é possível construirmos espaços de escuta, no desenvolvimento da boa democracia. Espero que os colegas da ADUFPA, assim como os GTs específicos, possam levar essa e tantas outras discussões importantes, sem panfletarismos e com mais seriedade.